

Assembleia rejeita aporte estadual em obras de duas estradas federais

Piratini sofre derrota por um voto

A outrora eficiente articulação política do Palácio Piratini não foi suficiente para vencer a resistência dos deputados ao repasse de recursos do Estado para rodovias federais. Por 26 votos a 25, o projeto de lei que previa aporte de quase R\$ 500 milhões na duplicação e em melhorias na BR-116 e na BR-290 foi rejeitado pela Assembleia Legislativa ontem, após horas de discussão (leia reportagem na página 6).

Na semana passada, o líder do governo, Mateus Wesp (PSDB), dizia para quem quisesse ouvir que já contabilizava o apoio necessário para a aprovação, mas o resultado não se materializou no plenário. O governo precisava apenas

de maioria simples, mas a votação terminou empatada em 25 a 25, e coube ao presidente da Casa, Valdeci Oliveira (PT, dar o voto de minerva que enterrou o projeto.

Para alterar o resultado, apenas um voto adicional em favor do governo seria suficiente. Tudo indicava que seria o de Kelly Moraes (PL), que já havia anunciado posição favorável ao projeto. No entanto, Kelly teve de ir às pressas a Santa Cruz do Sul no início da manhã, ao ser informada do nascimento prematuro de sua neta, Isabela. Com isso, não conseguiu participar da sessão.

Outro que poderia ter desempatado em favor do Piratini, o deputado Gabriel

Souza (MDB) não registrou voto, apesar de estar presente. Pré-candidato a governador, Souza estava convencido da importância das obras, mas reivindicava ao menos um pedido ao governo federal para que o valor aplicado pelo Piratini fosse abatido da dívida do Estado com a União.

O líder do governo chegou a apresentar emenda cujo texto mencionava que o governo "postularia" a compensação, mas ela não chegou a ser votada.

Também surpreendeu o posicionamento da ex-secretária da Agricultura da gestão Eduardo Leite, Silvana Covatti (PP), que votou contra a iniciativa.

Ao final, prevaleceu o argumento de que, por

serem rodovias federais, o investimento deveria partir da União, e não dos cofres do Estado. Durante a sessão, o governo inclusive convenceu o deputado Aírton Lima (Podemos), que votaria contra o projeto, a se abster, mas o movimento foi insuficiente.

– Foi um empate com gostinho de que poderia ter sido positivo. Conseguimos sensibilizar que efetivamente as obras propostas são estruturantes e importantes – avaliou o chefe da Casa Civil, Artur Lemos.

Utilização de recurso estadual em estradas federais é rejeitada

Polêmica votação na Assembleia teve empate e presidente da Casa, Valdeci Oliveira, deu o voto que impôs derrota ao governo



Valdeci. "Pegar meio bilhão de reais do Estado e passar assim, de forma apodada, para o governo federal, é muito complicado"

CARLOS ROLLING
carlos.rolling@zerohora.com.br

FABIO SCHAFNER
fabio.schafner@zerohora.com.br

Na última sessão deliberativa antes do recesso parlamentar, a Assembleia Legislativa rejeitou, ontem, a polêmica destinação de quase R\$ 500 milhões em recursos do Estado para estradas federais. Após empate em 25 a 25 na votação, o presidente da Casa, Valdeci Oliveira (PT), deu o voto de minerva, derrotando o governo.

Em duas sessões ao longo do dia, os deputados apreciaram diversos projetos, aprovando a contratação de empréstimo para pagamento de precatórios, o novo plano de carreira de praças da Brigada Militar (BM), a criação da polícia penal no Rio Grande do Sul e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023.

A discussão em torno do projeto das estradas começou no final da manhã e se estendeu pela tarde, sendo votado por cerca de 17h. Quando o plenário abriu o empate em 25 a 25, um burburinho percorreu o plenário. Presidindo a sessão,

Valdeci cumpriu o regimento e deu o voto de desempate, contra o projeto. Meta hora antes, em seu gabinete, o deputado havia tido um pressentimento de que poderia ocorrer empate, algo raro nas votações da Assembleia.

– Cheguei a dizer que era contra a proposta, mas não iria votar. Tive o pressentimento de empate, mas voltei ao plenário e passou. Bom, quando vi o placar, aí tive de decidir. Pegar meio bilhão de reais do Estado e passar assim, de forma apodada, para o governo federal, é muito complicado. Foi esse apodamento que resultou nessa votação – comenta Valdeci.

A contrária decisão do governo de usar R\$ 495,1 milhões em recursos próprios nas obras de duplicação das BR-116 e 290 dividida a bancada aliada. A medida foi apresentada pelo Piratini em março e seria votada em maio, mas o tenor de derrota levou o governo a recuar, retirando temporariamente o regime de urgência.

Ciente das resistências, o governo enviou à Assembleia o chefe da Casa Civil, Artur Lemos. Em uma sala contígua ao plenário, ele recebeu parlamentares, tentando virar

votos e amenizar descontentamentos.

Aliado do governo, Isur Koch (PP) cobrava uma primeira de falta de segurança e sinalização de redutor de velocidade diante de uma escola na RS-407, em Merço. Alta O diretor-geral do Daer, Luciano Faustino, chegou a informar ao deputado que a obra havia sido feita, mas depois corrigiu a informação, admitindo atraso no procedimento. Furioso, Isur disse que votaria contra o projeto, mas acabou votando a favor.

– Como que eu vou justificar na base, com os vereadores, o repasse de R\$ 500 milhões para rodovias federais se não estamos conseguindo resolver uma situação menor em estrada estadual? – questionou o deputado.

Pressão

Nas galerias, prefeitos favoráveis aos investimentos pressionavam deputados, mas a maioria dos discursos proferidos da tribuna era contrária ao texto. O argumento majoritário era de que o Estado estava deixando de investir nas

próprias rodovias, enquanto o programa quase R\$ 500 milhões em obras de atribuição federal. O PT cobrou que o RS pedisse abater o valor da dívida com a União, para equilibrar a conta. Para contrariar a oposição, o governo chegou a apresentar emenda se comprometendo a pedir ressarcimento à União, mas a emenda acabou não sendo votada.

– Óbvio que as obras são importantes, mas o um calado eleitoral não querem fazer propaganda em regiões mais populosas do que na base, com os vereadores, o repasse de R\$ 500 milhões para rodovias federais se não estamos conseguindo resolver uma situação menor em estrada estadual – questionou o deputado.

Em contrapartida, o ex-líder do governo Frederico Antunes (PP) sustentava que as obras nas rodovias têm projeto e licitação concluída, esperando apenas os recursos, enquanto melhorias defendidas por parlamentares, em outras estradas, não têm sequer projeto de engenharia.

– A BR-290 e a BR-116 são os corredores da produção do Estado – argumentou Frederico, justificando que os investimentos seriam importantes para a economia do RS.

Aval para empréstimo de US\$ 500 mi

Pela manhã, os deputados aprovaram por unanimidade o projeto que autoriza o Piratini a contratar empréstimo de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foram 51 votos favoráveis ao financiamento, destinado ao pagamento de precatórios.

A operação foi incluída no regime de recuperação fiscal e deverá auxiliar o governo a cumprir a meta de quitar até 2029 a integralidade dos precatórios. Para tanto, o Estado irá negociar um abate na dívida com cada credor, respeitado o limite legal de 40% de deságio.

BM

À tarde, foi aprovado por unanimidade um novo plano de carreira de soldados, sargentos e tenentes da BM. O texto exige curso superior para ingresso na corporação, obriga cursos anuais que permitam promoções e reduz o tempo mínimo em cada patente.

Na sequência, os deputados aprovaram, por 40 votos a nove, as diretrizes para o orçamento do Estado em 2023. O texto estabelece meta de superávit de R\$ 27 milhões nas contas públicas e salienta a necessidade de manutenção das políticas de austeridade fiscal.

– Já por volta das 22h, foi aprovada por unanimidade a proposta que cria força de segurança especializada na administração dos presídios. Chamada de Polícia Penal, a nova corporação abrange os agentes penitenciários hoje lotados nos quadros da Superintendência de Serviços Penitenciários (Suspep).

Também foram aprovadas a criação de conselho de acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), doação de imóveis do Estado à prefeitura de Triunfo e a transferência a Alto Alegre de trecho de uma rodovia estadual.

GZH
Rúbrica noticiosa em gzh.nf@zf

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Infraestrutura **Página:** 5 e 6